

# **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA NEYDE MAGALHÃES DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

## **THE SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN THE SCHOOL NEYDE MAGALHÃES OF THE CITY OF CODÓ/MA**

**Maria Regina Teles Pereira**

### **Minicurrículo**

Graduanda em Licenciatura em Ciências Naturais/Biologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus de Codó. E-mail: reginavirtual2013@gmail.com

**Francisco Waldílio da Silva Sousa**

### **Minicurrículo**

Doutor em Educação e Licenciado em História. Docente da universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: waldiliosiso@gmail.com

## **RESUMO**

Incluir não é apenas receber, integrar, mas, adaptar-se para acolher. A inclusão escolar desafia os profissionais envolvidos na escola a percebê-la como instituição cuja existência se justifica pela transformação de todos os sujeitos a partir de possibilidades concretas de produção de conhecimento, nessa perspectiva, as investigações realizadas por este trabalho tiveram como objetivos conhecer as representações que discentes e docentes da Escola Neyde Magalhães situada na cidade de Codó, no Maranhão, possuem acerca da inclusão escolar e ainda perceber a realidade da inclusão escolar na referida Escola. Esta pesquisa de cunho quanti-qualitativa utilizou como instrumentos de produção de dados, entrevistas, questionários, observação (diário de campo).

**Palavras-chave:** Necessidades Educacionais Especiais. Escola. Representações.

## **ABSTRACT**

Including is not just receiving, integrating, but adapting to welcoming. The school inclusion challenges the professionals involved in the school to perceive it as an institution whose existence is justified by the possibility of transformation of all subjects from concrete possibilities of knowledge production, from this perspective, the investigations carried out by this work had the objective of knowing the representations that students and teachers of Escola Neyde Magalhães located in the city of Codó, Maranhão, have about the school inclusion and also realize the reality of the school inclusion in the said School. This quantitative-qualitative research used as instruments of data production, interviews, questionnaires, observation (field diary).

**Keywords:** Special Educational Needs. School. Representations.

## 1. Introdução

Atualmente, a legislação vem incentivando iniciativas que visam à inclusão de pessoas com necessidades especiais, contribuindo assim, com quebra de barreiras e garantindo o direito de ir e vir das pessoas com deficiência (Silva *et al.* 2006). A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas é o meio pelo qual as instituições de ensino se adequam para atender as necessidades dos alunos especiais, tornando além dos espaços físicos adequando a eles, o método de ensino aplicado durante as aulas.

Incluir é um processo desafiador, Santos e Paulino (2008, p.12) relatam que inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é, em última instância, a luta contra exclusões. Estes autores afirmam ainda que neste aspecto sempre existirá a luta por uma educação inclusiva. Para Pacheco (2007, p.14), o termo “educação inclusiva” cobre variadas tentativas de atender a diversidade de necessidades educacionais dos alunos nas escolas de um bairro.

O objeto de pesquisa deste artigo apresenta-se como relevante, sobretudo em decorrência de o mesmo possibilitar que a comunidade escolar “pesquisada”, nossos interlocutores, reflita sobre suas condições de exclusão/inclusão. Sabemos que a inclusão objetiva tornar o processo de aprendizagem do aluno mais adequado às suas necessidades, visto que as metodologias e recursos de ensino uma vez adaptados às necessidades destes, o progresso educacional na vida estudantil destes discentes torna-se cada vez mais facilitado.

Nessa perceptiva, a educação inclusiva deve ser voltada às necessidades educacionais especiais de alunos que possuem limitações de aprendizagem (ou superdotação<sup>1</sup>), como a existência de necessidades especiais que dificultam sua participação no ensino regular nas escolas, das quais não estão preparadas para atender estes alunos conforme as necessidades destes.

Em virtude disto, as escolas como centro de disseminação de conhecimento, cumprem a missão de acolher não somente os alunos com capacidade plena de aprendizagem, mas, também aqueles que carecem de cuidados diferenciados,

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa não iremos enfatizar as Necessidades Educacionais Especiais de alunos com altas habilidades ou superdotação, uma vez que nosso enfoque se limita a observar alunos/as como algum tipo de deficiência que requer organização pedagógica e adaptação infraestrutural da escola.

cuidados esses que quando não houver, estes alunos tendem a não acompanhar o ritmo de ensino, o que acaba resultando em menor desempenho de aprendizagem do discente com necessidades especiais.

Indubitavelmente, estudos dessa natureza podem contribuir para que a comunidade escolar exija políticas públicas, projetos e programas sociais que possibilitem aos seus discentes com Necessidades Educacionais Especiais resultados mais satisfatórios. Sabemos que reflexões sobre as questões elucidadas por este trabalho podem contribuir, para o planejamento e implementação de práticas educativas inclusivas no contexto em estudo.

Essa investigação foi norteada pelas seguintes problematizações, entre outras: Quais as necessidades educacionais especiais de alunos da escola municipal Neyde Magalhães? Quais as representações de docentes acerca da educação inclusiva? Quais os níveis de inclusão que a escola estudada possui?

O Objetivo Geral deste artigo é conhecer a situação da escola Neyde Magalhães do município de Codó no que se refere à inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais. Já os Objetivos Específicos visam identificar as necessidades educacionais especiais de alunos da escola municipal Neyde Magalhães; Conhecer a organização do trabalho pedagógico voltado ao público com necessidades educacionais especiais e, ainda, identificar as representações de docentes por meio da diretora da escola e de discentes acerca educação inclusiva.

## **2. Metodologia**

A metodologia empregada neste artigo é composta por uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo de cunho quanti-qualitativa. Nesta última, foi utilizada como instrumentos de produção de dados, entrevistas e questionários com a diretora e alunos da escola pesquisada, observação (diário de campo), foram utilizadas leis e outros marcos normativos.

A revisão de literatura pertinente à temática desta pesquisa subsidiou a mesma com um aporte teórico especializado. A produção de dados foi composta ainda através de observações da organização do trabalho pedagógico, da infraestrutura da escola, bem como a percepção de alunos e docentes da Escola municipal Neyde Magalhães acerca da temática “inclusão escolar”.

O cenário da pesquisa e dos interlocutores entrevistados é a Escola Municipal Neyde Magalhães, localizada em frente à praça José Bayma Serra, bairro Santa Terezinha, s/n em Codó/MA. Sua infraestrutura é caracterizada principalmente por possuir 6 (seis) salas de aula, 1 (um) laboratório de informática com internet, cantina, biblioteca, pátio coberto, banheiro com chuveiro, banheiro adequado aos alunos com deficiência ou mobilidade limitada, além de totalizar 54 funcionários.

A escola funciona nos três turnos com Ensino Fundamental regular, Ensino Fundamental – Supletivo e Educação de Jovens e Adultos – Supletivo, com turmas do 6º ao 9º ano. Durante a noite, entretanto, 1 (uma) turma de Educação de Jovens e Adultos possui menos de 10 alunos em processo de alfabetização.

O quantitativo de alunos entrevistados nos três turnos corresponde a 392, sendo que destes, 14 (quatorze) alunos possuem necessidades educacionais especiais. Para todos os alunos, foi aplicado um questionário contendo 10 (dez) questões quantitativas e outro questionário possuindo 7 (sete) perguntas quantitativas e qualitativas destinadas aos alunos com N.E.E. Uma outra entrevista qualitativa também foi realizada, nesta a entrevistada foi a diretora da escola Neyde Magalhães.

### **3. Referencial Teórico**

Com a presença da escola no meio social e oportunidade de muitos alunos ingressarem em uma instituição de ensino, o volume de pessoas que tinham condições de estudar cresceu acentuadamente, porém, diversas pessoas não tinham esta oportunidade em razão de não existir inclusão nestas instituições e por conta disto, o intuito de agregar pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – N.E.E, surgiram movimentos reformistas pelo mundo os quais tiveram seu início a partir da década de 80.

A partir da metade dos anos de 1980 o movimento em direção à educação inclusiva tem ganhado cada vez mais força segundo Gartner e Lipsky (1987 *apud* Pacheco, 2007, p.15) e tem sido chamada de um dos principais movimentos reformistas na escola do século XX (ZOLLERS et al., 1999, *apud* PACHECO, 2007, p. 15).

Existem diversos tipos de deficiências que alguns dos alunos presentes “dentro e fora das escolas” possuem. Tanto as deficiências quanto a exclusão destes alunos que as possuem, podem estar fora das escolas por conta de sua dificuldade

no aprendizado, por motivos de saúde e familiares. Não será abordado nesse artigo as especificidades de cada uma das deficiências normalmente encontradas no ambiente escolar, entretanto, elenca-se, para fins de informação, àquelas mais comuns: Auditiva, Mental/Intelectual, Paralisia Cerebral, Visual, Física, Autismo entre outras.

A Declaração de Salamanca<sup>2</sup> logo no seu início explicita sua preocupação com a necessidade de “Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, preconizando que os países assegurem que pessoas com deficiências tenham acesso e permanência nos sistemas de ensino.

A ideia geral de educação para todos, que norteia os princípios mais atualizados acerca da inclusão, assim como registra a Declaração de Salamanca: “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”, isto torna a criança, portanto, “necessitada” de uma educação personalizada. Partindo dessa premissa, é razoável afirmar que toda proposta educacional “geral”, traz em seu bojo, a marca da exclusão, da segregação, colocando, pois, à margem, os indivíduos “menos capazes”.

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3).

A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração) (PACHECO, 2007, p. 15). O autor destaca que a declaração de Salamanca sobre necessidades educacionais especiais, são “aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender às suas necessidades” (UNESCO, 1995, apud PACHECO, p. 15).

---

<sup>2</sup> Documento redigido a partir de uma conferência realizada em 1994 na cidade de Salamanca na Espanha, que descreve os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para que seja alcançada a igualdade de oportunidades para Pessoas com Deficiência.

O Art. 208, inciso III da Constituição Federal Brasileira estabelece que “o portador de deficiência tem direito ao atendimento na rede regular de ensino”. Ademais, a Lei Federal 7.853 de 1989, que rege sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, define o preconceito em seu Art. 1º, parágrafo 2º, como crime.

Um sistema de educação inclusiva total deve ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas dos alunos, que seja seguro, acolhedor e agradável. (PACHECO, 2007. p. 14).

Santos e Paulino (2008, p. 12), destacam a educação inclusiva como de fundamental importância, pois busca por princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes.

Incluir não é apenas receber, integrar, mas, adaptar-se para acolher. A inclusão escolar desafia os profissionais envolvidos na escola a percebê-la como instituição cuja existência se justifica pela possibilidade de transformação de todos os sujeitos a partir de possibilidades concretas de produção de conhecimento. Milhares de brasileiros/as com algum tipo de deficiência “estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho” (MACIEL, 2000, p. 51).

Essa situação se intensifica junto aos mais carentes, pois a falta de recursos econômicos diminui as chances de um atendimento de qualidade. Tem-se aí um agravante: o potencial e as habilidades dessas pessoas são pouco valorizados nas suas comunidades de origem, que, obviamente, possuem pouco esclarecimento a respeito das deficiências (MACIEL, 2000, p. 53).

A autora em tela registra ainda que “é importante que os professores tomem ciência do diagnóstico e do prognóstico do aluno com necessidades educacionais especiais, entrevistem pais ou responsáveis para conhecer todo o histórico de vida desse aluno” (MACIEL, 2000, p.55).

Com eficiência, a educação inclusiva deve compor essencialmente das habilidades do educador no processo de inclusão, tornando cada vez mais facilitado o processo de aprendizagem do aluno com N.E.E. Nestas habilidades do educador, compreendem algumas como fazer como que os alunos com N.E.E tenham laços afetivos mais estreitos principalmente durante as atividades escolares com os outros alunos de modo que estes alunos não se sintam excluídos.

A escola precisa pensar e implementar estratégias que favoreçam a identificação de forma mais adequadas à aprendizagem do aluno com N.E.E, que passa pela aplicação de métodos de ensino especializados/personificados. A avaliação do progresso do aluno e a eficiência do método de ensino adotado são algumas das habilidades essenciais que os educadores têm que possuir para consecução eficiente da inclusão. O papel do professor em relação a educação dos alunos com N.E.E é o mesmo em relação aos demais alunos, atuando como mediador dos processos de comunicação e fazendo com que todos os alunos interajam com naturalidade.

A educação inclusiva não pode ser encarada a que trata a questão dos deficientes ou dos grupos vulneráveis, mas as que abrange todos os educandos, respeitando as diferenças, sem, no entanto, pretender massificá-las como uma suposta homogeneização, caracterizando, assim, o que é melhor para o aluno (SANTOS E PAULINO, 2008, p. 103).

Para que uma educação escolar seja bem-sucedida, Giangreco (1997, *apud* PACHECO, 2007, p.15) ressalta o trabalho colaborativo em equipes, desenvolvendo uma estrutura compartilhada, envolvendo famílias, o domínio geral do educador, relações claras sobre os papéis entre os profissionais, uso efetivo do pessoal de apoio, determinação dos serviços de apoio, desenvolvimento de planos educacionais individualizados significativos e avaliação da eficiência da educação. Nesse sentido, a escola precisa de ambientes adequados aos alunos com N.E.E, que passam, obviamente, por processos de formação de docentes no sentido de adequarem-se às necessidades de todos os educandos.

Tais questões precisam ser pautadas no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição escolar. Tais documentos devem contemplar as diversidades, visto que a aprendizagem necessita ser pensada “não apenas na dimensão individual, mas, de forma coletiva” (BEZERRA, 2014, p. 24).

O Projeto Político-Pedagógico cumpre uma função de grande relevância para que seja alcançado o processo de inclusão dos alunos com N.E.E, tendo ainda a necessidade de ser bem articulado e o objetivo de mudança no sistema de ensino da escola.

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de

ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas (FARIAS E MENEZES, 2008, p. 13).

Dentro dos limites desse trabalho, consideramos que a universidade e suas pesquisas podem suscitar essas discussões e propor ações que redundem na melhoria da qualidade do ensino ofertado na rede pública de ensino. Nessa perspectiva compreendemos que conhecer a realidade da comunidade escolar é o primeiro passo para que a escola reorienta suas práticas educativas no sentido da inclusão de todas e todos. A seguir, serão apresentados os dados empíricos desta pesquisa, bem como a realização de algumas análises.

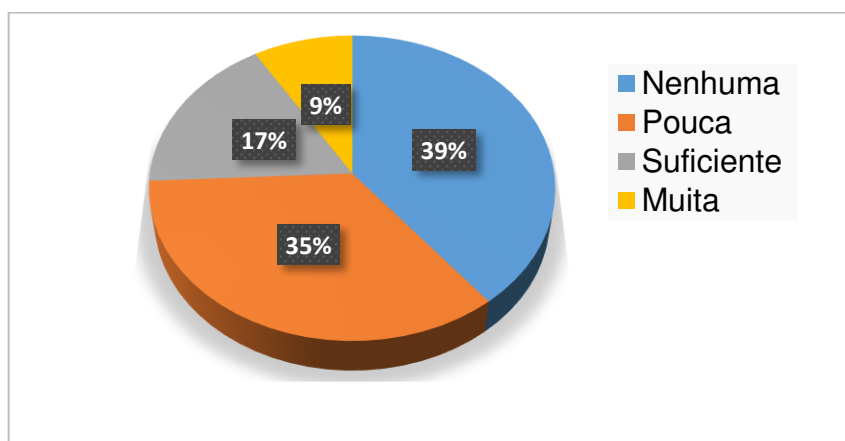
## 4. Resultados e Discussões

### 4.1 Percepções de discentes sobre a educação inclusiva

Na escola supracitada, aplicamos um questionário para 392 alunos. Desse quantitativo, há mais alunas que alunos, sendo precisamente 146 do sexo masculino e 246 do sexo feminino. Ao questionar os estudantes sobre sua condição de saúde, 14 pessoas responderam que possuem algum tipo de deficiência ou necessidades educacionais especiais, os demais, 378 disseram não possuir nenhum tipo de deficiência ou ter N.E.E.

O nível de conhecimento dos entrevistados acerca da inclusão de alunos com N.E.E é sintetizado no gráfico a seguir:

**Gráfico 1: Nível de conhecimento dos entrevistados acerca da inclusão.**

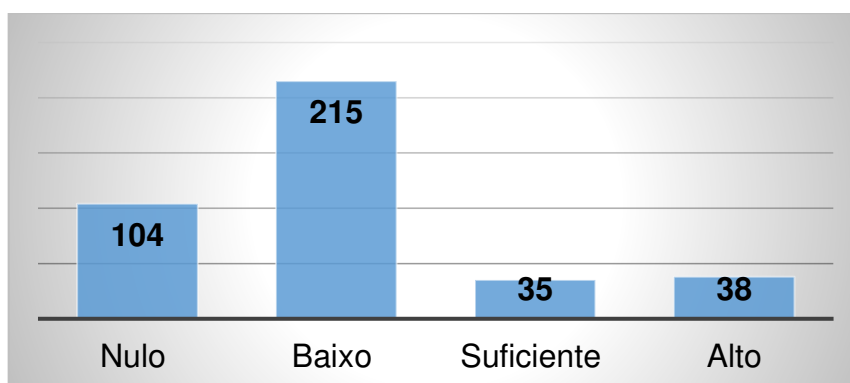


Fonte: Elaborado pela autora.



O resultado exposto revela que temas ligados a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ainda é pouco difundido entre discentes investigados, outrossim, perguntados sobre nível de inclusão de alunos com N.E.E na aludida escola, obtivemos os seguintes resultados:

**Gráfico 2: nível de inclusão de alunos com N.E.E**



**Fonte:** Elaborado pela autora.

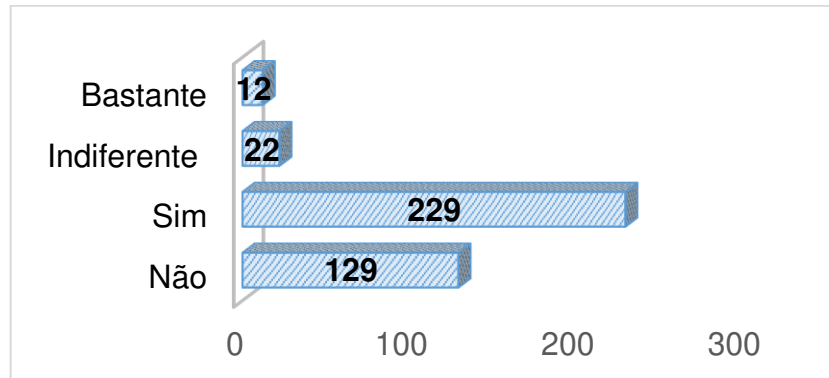
Do mesmo modo que no questionamento anterior destacamos mais de 100 alunos que disseram possuir conhecimento “nulo” sobre inclusão. É razoável afirmar que o fato de mais de 100 alunos terem, neste outro questionamento, marcado como nulo o nível de inclusão dos alunos com N.E.E, faz-nos questionarmos até que ponto a falta de conhecimento do tema inclusão, leva tal parcela de discentes a considerar sua escola totalmente não inclusiva. Os demais alunos que afirmaram ao menos haver inclusão, seja qual o nível, remete ao fato de que está havendo por parte da escola, alguma percepção de acolhimento de alunos com N.E.E, todavia, o fato de mais de 50% dos alunos apontarem como baixo o nível de inclusão, sinaliza que a escola não atenda ao menos satisfatoriamente os alunos com N.E.E.

Um pouco mais da metade dos entrevistados, 198 discentes, disseram conhecer alguém com N.E.E na escola e 194 que afirmaram não conhecer ninguém com esse perfil no referido espaço, ou seja, os/as 14 alunos/as com N.E.E, distribuídos nos três turnos, são “desconhecidos” por quase metade dos interlocutores dessa pesquisa.

Os estudantes que disseram conhecer estudante da escola que tenha N.E.E, assim se dividiram: 108 responderam Deficiência Mental; 36 Deficiência Física; 3 Paralisia Cerebral; 3 Deficiência Auditiva; 33 Deficiência Visual; 3 Autismo e 18 Outros. Notamos, portanto, que o número de respostas soma 204, visto que, na

opinião dos entrevistados há estudantes que possuem mais de uma deficiência (deficiência múltipla).

**Gráfico 3: Gosto dos estudantes de estudar em escolas com alunos com N.E.E.**



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Ao serem indagados se gostariam de estudar em escolas que existem outros alunos com N.E.E, constatamos um número considerável de respostas “não”, o que pode demonstrar uma obstaculização a ser superada no sentido da construção de uma escola mais inclusiva.

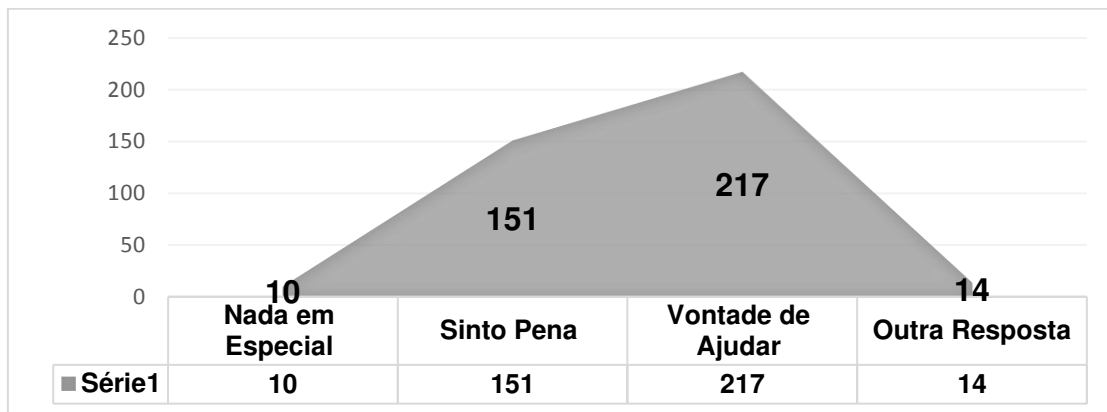
A situação torna-se ainda mais agravante quando estes estudantes crescem com este sentimento de exclusão. A escola, por sua vez, precisa desafiar-se no sentido de desconstruir essas perspectivas segregadoras e construir espaços de empatia e diálogo. Pelo menos, é, pois, animador que a maioria dos entrevistados revele interesse em compartilhar espaços educacionais com pessoas que possuam N.E.E. 226 entrevistados concordam que pessoas com N.E.E estude junto com os demais alunos, outros 166 discordam.

É prudente considerar que muitos alunos com N.E.E podem carecer de tempo e espaços diferenciados para seu aprendizado, mas, isso não implica que estes sejam “segregados” dos demais alunos. As salas “adaptadas” devem complementar e não substituir as salas “convencionais”. Tal problematização, de fato, divide opiniões, todavia, os resultados representaram um grau razoável por parte de alunos “sem N.E.E” a estudarem juntos com os que as possuem.

Outra informação relevante é que, entre os entrevistados, 156 (40%) consideram que a cidade de Codó possui acessibilidade, enquanto 236 (60%) responderam que não a considera acessível às pessoas que convivem com algum tipo de deficiência, números reveladores da necessidade urgente de políticas públicas voltadas a tais coletivos sociais.

Com o intuito de examinar o que sentem os entrevistados quando veem alguém com alguma deficiência, podemos observar, a partir do gráfico a seguir, que a imagem da pessoa com deficiência é tida como alguém que “merece” ou que “enseje” um sentimento “de pena”. Seria razoável afirmar que muitas pessoas veem tais indivíduos como “incapazes” ou “coitados”? Fica a pergunta para nossa reflexão, visto que não disponibilizamos de subsídios concretos para respostas a partir dos dados produzidos por esta pesquisa. Considerar o deficiente como alguém capaz, ativo e produtivo para a sociedade, bem como criar condições para isso seja concretizado, é fundamental para a autoestima de tais pessoas e para que estas possam exercer de forma plena sua cidadania.

**Gráfico 4: O que sentem os estudantes quando ver alguém com alguma deficiência.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro aspecto fundamental a ser trabalhado na escola é a questão do *bullying*, visto que pessoas com deficiência são mais suscetíveis a sofrerem este tipo de violência. 178 afirmaram já terem presenciado *bullying* contra pessoas com deficiência e 214 disseram que não, indubitavelmente, as vítimas de violências dessa natureza têm mais chances de exclusão, nesse sentido, práticas educativas de prevenção a atitudes como essas devem ser implementadas pela comunidade escolar como um todo. Perguntado “Você Já cometeu algum tipo de *bullying* contra alguém com deficiência?”

A pesquisa revelou que nem todos os alunos responderam esta questão, registramos uma abstinência de 51%. O motivo desta abstinência certamente não é por falta de conhecimento, já que durante a pesquisa foi explicado o que significa a prática supracitada. Se não foi por falta de conhecimento então foi porque já

praticaram *bullying* e não quiseram admitir, pois é perceptível esta conclusão. Do restante dos entrevistados, apenas 2 pessoas confessaram que praticaram o *bullying* e 190 afirmaram que não o cometeram.

#### **4.2 Entrevista com os alunos com N.E.E**

Os discentes que declararam possuir Necessidades Educacionais Especiais, num total de 14, estão na faixa etária de 12 a 19 anos. As situações mais comuns, entre estes, são: deficiência mental, deficiência visual (baixa visão) e física, pelo menos 01 possui deficiência múltipla (deficiência mental com a baixa visão). Uma quantidade significativa relatou dificuldades de interação com os demais alunos de turma, outros ainda revelaram sentirem-se excluídos.

A maioria destes entrevistados classificou as condições de ensino como “insuficientes”, e a outra parte como “pouco suficiente”. Os mesmos se referiam tanto à organização do trabalho pedagógico como à infraestrutura da escola. Também foi apontada a falta de diálogo entre professores e alunos como “possíveis razões” das dificuldades destes no que tange ao aprendizado. Alguns alunos relataram que por motivo da falta de saúde, não podem comparecer às aulas no período de suas enfermidades, resultando, portanto, em “baixo rendimento” e até reprovações.

Em relação as dificuldades do estudante na cidade de Codó/MA em que reside, houve vários relatos sobre o acesso dificultoso aos serviços de saúde, estes foram classificados pelos interlocutores como “desorganizado”, “burocrático” e “precário”, tanto no que se refere à marcação de consultas, como no acesso aos medicamentos controlados. É importante lembrar que mesmo diante das dificuldades ao acesso a tais de políticas públicas de saúde, alguns relatam que conseguem receber seu devido tratamento médico, uns de acesso gratuito, outros particulares. Neste último caso, as famílias de baixa renda reclamam que deveriam receber auxílio financeiro do governo para o tratamento médico.

Quando o assunto é *bullying*, todos disseram já ter sofrido, sobre essa questão, pelo menos uma pessoa com N.E.E confessou ter também cometido, além de sofrido violências dessa natureza. Os entrevistados, pouco mais de 60%, consideram os alunos que não possuem N.E.E, em geral, como “bom amigo”, pessoas as quais compartilham atenção e afeto, apesar de serem destacados também episódios de exclusão e “invisibilidade”.

### 4.3 O que diz a direção da Escola?

A primeira pergunta em pauta foi acerca do conhecimento da entrevistada com relação a educação inclusiva. A Diretora respondeu ser locais que ofereçam a qualquer tipo de pessoa estudar em qualquer tipo de ambiente, não somente “alunos normais”, mas estudantes com qualquer tipo de deficiência.

Na segunda questão, diz respeito a classificação da Escola Neyde Magalhães no quesito “Inclusão”. Em resposta, falou-se do problema da falta de capacitação do corpo docente para trabalhar com a inclusão, posto que trabalhar com diversidade é diferente e complicado, necessitando de qualificação para tal. Já em relação ao prédio da escola, disse ser adequado.

A terceira questão refere-se ao levantamento de alunos com N.E.E e quais são as ocorrências. “Existe sim o levantamento, mas não se sabe o porquê da referência destes alunos ao serem matriculados nesta escola”, disse a Diretora. Já nas ocorrências, também no conhecimento da Dirigente, existem ocorrências de deficientes mental, física e baixa visão.

A Administradora da escola ao ser questionada sobre a adaptação da escola para incluir pessoas com N.E.E, respondeu ser inadequada, já que somente dá para atender cadeirantes, alunos com outras necessidades como os que têm problemas de audição, intelectual, baixa visão, etc., necessitam de especialistas gabaritados.

Na quinta pergunta, foi indagado se a qualificação do corpo docente e de técnicos geral são suficientes para atender a educação inclusiva na escola, e a resposta foi bem objetiva: “não é adequada”.

A penúltima questão, indaga as principais dificuldades da escola frente a educação inclusiva. A Diretora destacou a falta da qualificação dos profissionais e dos materiais.

Finalizando o questionamento, a última pergunta foi sobre a visão da Dirigente acerca da educação/ensino voltado para alunos com ou sem necessidades educacionais ao mesmo tempo. “A educação inclusiva precisa mudar, porque ela ainda não está do jeito que tem que ser, tudo tem que estar adaptado aos polos e funcionários e ainda não está neste patamar de qualificação. Está faltando ainda muita qualificação para isto, a escola não está adequada, muita coisa precisa ser mudada.”

## 5. Considerações Finais

Esta pesquisa, dentro de seus limites, ao abordar a temática inclusão escolar, a partir de representações de discentes, de falas institucionais, de observações e ainda de uma revisão de literatura, buscou contribuir para que a comunidade escolar que serviu de cenário para a realização de tais investigações, possa refletir sobre o limites e possibilidades de sua atuação frente a essas questões, sem dúvida, um desafio importante da educação contemporânea.

Incluir alunos especiais, possui entre outras finalidades, contribuir com a redução dos índices de ausência destes estudantes em sala de aula e incluir não é apenas receber, integrar, mas, adaptar-se para acolher. Sabemos que a identificação da metodologia específicas que favoreçam os processos de ensino-aprendizagem do aluno conforme sua N.E.E são imprescindíveis. Ao imaginarmos que é possível e preciso a construção de um outro modelo de sociedade, devemos ter em mente que cabe também a escola, contribuir para a redução das injustiças sociais e eliminar a exclusão dos considerados menos prestigiados da sociedade.

Devemos urgentemente garantir a capacitação de docentes para atuarem em contextos escolares e sociais inclusivos. É importante destacar que incluir não é somente inserir pessoas com alguma deficiência na escola, mas, proporcionar desde a infraestrutura até recursos humanos que se adequem às mais diversas necessidades educacionais seguindo com eficiência os objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP).

A Escola Neyde Magalhães ainda estar muito aquém das condições ideais de uma escola para todos e todas. Faz-se necessário (e urgente) a implantação de um Projeto Político Pedagógico (PPP), apesar de tão importante ainda é inexistente nesta escola. Tal documento, além de contemplar as diversidades, deve ainda garantir que debates dessa natureza seja corriqueiro na escola, visto que muito dos discentes entrevistados informaram possuir ou nenhuma informação sobre a temática, além de uma parcela significa demonstrar possuir concepções que reforçam o preconceito e a segregação.

## Referências

BEZERRA, Ana De Souza. **MÉTODOS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4279/3/MD\\_EDUMTE\\_VII\\_2014\\_7.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4279/3/MD_EDUMTE_VII_2014_7.pdf)>. Acesso em 15 de out. de 2017.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**: Art. 208, promulgada em 05/10/1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 de out. de 2017.

BRASIL, **LEI Nº 7.853**, promulgada em 24/10/1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)>. Acesso em: 18 de out. de 2017.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf)>. Acesso em: 15 de out. de 2017.

FARIAS, Elizabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**: contribuições ao professor do Ensino Regular, 2008. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf)>. Acesso em 17 de out. de 2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**: a questão da inclusão social. (2000). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008)>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

PACHECO, José; Rósa, EGGERTSDÓTTIR; Gretar I., MARINÓSSON. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Tradução: Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação**: cultura, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana de Lourdes Barbosa de; BRANCO, Maria Cristina Mello Castelo. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf)>. Acesso em 14 de out. de 2017.